



Relatório e Contas

2009

Sede Social:
Rua João Machado, nº 86
3000 - 226 COIMBRA

I. Órgãos Sociais	3
II. Relatório do Conselho de Administração	4
Introdução.....	4
Enquadramento macroeconómico	7
Sistema Bancário Nacional.....	8
Actividade	9
Enquadramento	9
Actividade Desenvolvida	10
Política de Remunerações e prémios	18
Análise económica e financeira.....	18
Análise económica e financeira.....	19
Perspectivas futuras	23
Agradecimentos.....	25
Proposta de aplicação de resultados	26
III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009	27
Balanço em 31 de Dezembro de 2009.....	27
Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2009.....	30
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	31
Introdução	31
NOTA 3 – Critérios de avaliação	31
NOTA 11 – Movimentos do activo imobilizado	33
NOTA 14 – Créditos sobre instituições de crédito	33
NOTA 23 – Compromissos assumidos	34
NOTA 24 – Movimento das provisões	35
NOTA 29 – Capital Próprio	35
NOTA 31 – Outros activos e passivos	36
NOTA 34 – Volume de emprego	37
NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais	37
NOTA 39 - Outros resultados de exploração	39
NOTA 41 – Carga fiscal	40
NOTA 45 - Operações de locação financeira	40
NOTA 51 – Outras informações	41
Anexo	42
IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único	43
V. Certificação Legal de contas	44
VI. Relatório do Auditor Independente	46

I. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, representado por António José Luz Teixeira de Almeida
Vice-Presidente	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, representada por José Alberto Galo Varela
Secretário	Banco BPI, representado por Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda

Conselho de Administração

Presidente	José Fernando Ramos de Figueiredo
Vice-Presidente	IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, representado por José Egídio Barbeito
Vogais	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, representada por Carlos Alberto Rodrigues Alexandre Caixa Geral de Depósitos, representada por João de Deus Pires Asseiro Banco BPI, representado por Joaquim Miguel Martins Ribeiro

Comissão Executiva

Presidente	José Fernando Ramos de Figueiredo
Vogais	Carlos Alberto Rodrigues Alexandre Joaquim Miguel Martins Ribeiro

Fiscal único

Efectivo	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
Suplente	Armando Luís Vieira de Magalhães

II. Relatório do Conselho de Administração

Introdução

A Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. concluiu em 2009 o seu terceiro ano de actividade. Com a elevada receptividade verificada junto do mercado para o produto *Garantia Mútua*, o ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para apoiar as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País. Em particular, atentas as especificidades reveladas durante este período, a garantia mútua revelou-se um valioso estabilizador automático do nível de crédito concedido às empresas numa época de contracção deste importante vector de sustentabilidade e crescimento económico.

O ano de 2009 veio afirmar uma conjuntura de crise internacional, iniciada no segundo semestre do ano anterior, com particulares incidências no mercado de crédito. Com efeito, as restrições sentidas pelos Bancos ao nível do financiamento da sua actividade corrente provocaram um reflexo de redução do nível de concessão de crédito às empresas. Ainda que os indexantes de referência para a formação do custo do crédito se tenham mantido a um nível historicamente baixo, fruto da actuação concertada das várias autoridades monetárias a nível internacional, a percepção de um maior nível de risco traduziu-se num aumento dos spreads praticados nas operações de financiamento. Paralelamente, a evolução da percepção de risco conjuntural provocou uma maior restritividade da concessão de crédito por parte dos Bancos.

Estes dois efeitos: dificuldade no acesso ao crédito por parte das empresas (que implicitamente se traduzia numa reduzida capacidade de substituição de créditos) e aumento do custo associado aos financiamentos (pelo efeito composto da evolução dos indexantes e dos *spreads*), aliados a uma conjuntura internacional desfavorável, nomeadamente no que respeita aos principais e tradicionais mercados de exportação, condicionaram o desempenho e a estratégia das empresas durante o ano transacto, em particular durante o segundo semestre. Sendo a Agrogarante uma Instituição umbilicalmente ligada às empresas, este paradigma marcou de forma indelével a actividade da Sociedade durante o período a que respeita este Relatório.

A Agrogarante continuou a prosseguir a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PME portuguesas que actuam nos sectores agrícola, agro-florestal e agro-industrial, actuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de operações de financiamento em condições mais adequadas às necessidades das empresas. Para a concretização deste objectivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos já existentes com Instituições Bancárias (Banco BPI, Millennium BCP, Grupo BES, Caixa Geral de Depósitos, Grupo Santander Totta, Barclays Bank, Banco Português de Negócios, Grupo Crédito Agrícola, Banco Popular Portugal, Banif – Banco

Internacional do Funchal, S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria).

Ao nível do sistema nacional de garantia mútua, o ano de 2009 ficou marcado pela continuação da intervenção da garantia mútua nas linhas PME Investe, que foram implementadas pelo Ministério da Economia e Inovação, no âmbito da política do Governo de reacção à conjuntura adversa que se fazia sentir no mercado de crédito, em particular no acesso a financiamento por parte das PME. Estas linhas tiveram a participação apenas das SGM Garval, Lisgarante e Norgarante. Para a Agrogarante a ausência de participação representou uma diminuição de operações, quer pela transferência de operações anteriormente aprovadas em clientes comuns, quer pela inexistente proactividade dos parceiros prescritores que, focalizados nas Linhas referidas, diminuíram substancialmente a captação de negócio em empresas do sector agrícola e agro-florestal.

Não obstante as dificuldades decorrentes desta limitação, a sociedade trabalhou com o Ministério da Agricultura no desenho de uma Linha de Crédito para o sector Agrícola e Agro-Industrial que, tomando como exemplo as linhas atrás referidas potenciava significativamente os apoios dirigidos às PME com base na garantia da Agrogarante. Tal permitiria aumentar significativamente a penetração da sociedade no mercado e divulgar junto dos mutualistas as vantagens da utilização do mecanismo de mitigação de risco de crédito que gerimos.

Acabou por ser opção daquele Ministério o lançamento de uma linha de crédito para as empresas e empresários do sector não nos moldes semelhantes aos da PME Investe mas antes através de uma linha de crédito bonificada nos moldes tradicionais, tendo por isso a sociedade ficado, de novo, sem um instrumento adequado de actuação na conjuntura de crise vivida pelo sector.

Para colmatar as contrariedades desta evolução, e porque a banca solicitou uma cobertura da Agrogarante para a linha de juros bonificados, foram assinados protocolos específicos com vários Bancos, de modo a potenciar o acesso ao crédito por parte das empresas dos sectores referidos e nas operações enquadradas nessa Linha. Muito nos satisfaz que, apesar da decisão inicial de deixar de fora a garantia mútua, no final, cerca de um terço das operações entradas no IFAP relativas à linha de juros bonificados, foram analisadas pela Agrogarante e a maioria delas só foi contratada dada a intervenção da sociedade, o que reforça o nosso entendimento de que o instrumento é da maior utilidade para potenciar o acesso das empresas ao crédito, de um forma mais ágil e menos burocrática.

Em Setembro de 2009 foi assinado um protocolo que criou a Linha de Crédito para Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego, celebrado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, as Instituições de Crédito, todas as SGM e a SPGM, com uma dotação de € 100 milhões de financiamentos, sendo € 85 milhões em financiamentos até € 100 mil e com garantias individuais e €15 milhões para microfinanciamentos até € 15 mil, em garantia de carteira, e

que visa o apoio à criação do próprio emprego. Esta linha, de enorme interesse social, está ainda na fase inicial de dinamização, esperando-se que em 2010 possa produzir impactos com algum significado.

Assim, a *Garantia Mútua* continuou o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o conseqüente aumento da sua notoriedade. Para além da actuação independente da Agrogarante apresenta-se como igualmente importante a divulgação nacional promovida pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A., em colaboração com as restantes Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Agrogarante e o produto *Garantia Mútua* mais reconhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da Sociedade com a sua presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

A Agrogarante manteve a sua estratégia de proactividade comercial junto das empresas do tecido económico de intervenção, encontrando, quer no contacto directo junto dessas empresas, quer na possibilidade de criação de valor com as suas intervenções, uma recompensa pela acção desenvolvida e a oportunidade de poder actuar ao lado das PME como parceiros na melhoria das suas condições de financiamento. Adicionalmente, esta orientação permite uma abordagem ao mercado através do direccionamento da proactividade comercial em consistência com uma equilibrada gestão de risco da carteira.

Também em 2009, em colaboração com uma consultora internacional, foi efectuada a revisão, harmonização e implementação do Manual de Procedimentos da Sociedade e das restantes Sociedades de Garantia Mútua, bem como do Modelo de Relacionamento das SGM com a SPGM. Foi ainda desenvolvida, no 3º trimestre do ano, uma ferramenta de suporte à gestão – MIG.

Como resultado da actividade levada a cabo, a sociedade prestou, em 2009, um total de 127 garantias, no valor de 21,4 milhões de euros. Corolário desta actividade, a carteira viva cresceu novamente de uma forma significativa no ano findo, ascendendo a 37,8 milhões de euros no final de Dezembro, o que representa um crescimento de cerca de 47,89% face aos 25,5 milhões de euros registados no final de 2008.

Enquadramento macroeconómico

O ano de 2009 foi marcado na economia portuguesa por uma forte contracção do PIB – segundo as estimativas rápidas do INE cifrou-se em **-2,7%**, abaixo das estimativas do Eurostat para a UE e para a Zona Euro, **-2,3%** e **-2,1%** respectivamente. Ainda segundo o Eurostat, em Dezembro de 2009, o desemprego em Portugal atingiu os **10,4%** – a oitava taxa mais alta da UE. De acordo com o Boletim Económico de Inverno do Banco de Portugal (BdP) a queda das exportações e a diminuição do investimento privado são os factores que mais contribuíram para a diminuição do PIB.

A perspectiva para o final do ano de 2009 melhora quando analisados os dados trimestrais do INE. Os segundo e terceiro trimestres foram já de ligeira recuperação económica, de **0,6%**, terminando com um último trimestre de estagnação. Contudo, como o mercado de trabalho demora algum tempo a ajustar e precisa de um crescimento sustentado para recuperar, esta ténue recuperação ainda não se reflecte no valor do desemprego. Assim, é expectável que os números do desemprego possam continuar a subir em 2010.

Estes números são consistentes com o que se passou quer na Europa quer no mundo, em que as projecções mais recentes apontam para que o ano de 2009 tenha sido um ano de recessão mundial mais forte do que o previsto. No entanto, à medida que se foram consolidando os efeitos das agressivas políticas anti- crise, quer pelos principais bancos centrais quer pelos governos, a economia mundial começou a mostrar os primeiros sinais de recuperação – World Economic Outlook do FMI e Boletim Mensal de Fevereiro do BCE – principalmente a partir do segundo semestre. Sabendo-se que o crescimento do PIB Português se encontra muito dependente do mercado europeu e mundial, esta recuperação mundial poderá ter um impacto positivo na economia nacional.

Esta recuperação deverá consolidar-se em 2010 não estando, ainda assim, isenta de riscos, particularmente na forma como as economias vão reagir à retirada dos incentivos extraordinários e à necessidade de reequilibrar os défices públicos.

Este problema é premente, designadamente, para alguns países do sul da Europa, e, em particular, para Portugal, pois como não houve oportunidade para que a diminuição do défice assumisse características sustentadas antes da crise, a pressão internacional para a sua diminuição é muito grande e agravada pelo risco de ver o *rating* do país diminuído, com o conseqüente agravamento do custo do crédito, potencialmente influente na recuperação económica.

Aos níveis europeu e mundial também existe o risco potencial que as massivas injeções de liquidez feitas pelos bancos centrais possam gerar uma crise inflacionista.

O mercado bolsista português, apesar de ter atingido valores equiparados aos níveis de 2003, no seu mínimo de Março, acabou por ter um comportamento final de recuperação, em linha com os

mercados mundiais, apesar do nervosismo dos mercados patente na grande volatilidade dos mesmos.

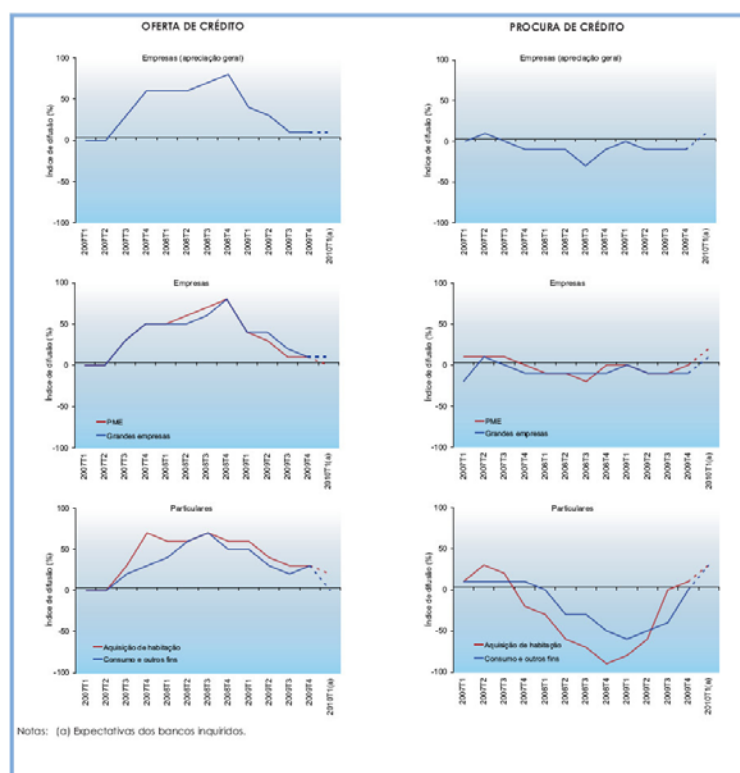
A inflação de 2009 em Portugal registou um valor negativo de **-0,8%**, o que, segundo o Boletim de Económico de Inverno do BdP, terá sido transitório prevendo-se que em 2010 volte a valores ligeiramente positivos.

Sistema Bancário Nacional

Durante o ano de 2009 assistiu-se a um progressiva retoma da confiança no mercado interbancário, com reflexos na crescente normalização das relações entre os bancos. O sistema bancário nacional conseguiu, de forma geral, resistir à pior fase da crise e ainda aumentar os seus rácios de capital, de acordo com as recomendações do BdP, mesmo só utilizando cerca de 20% das ajudas estatais.

Segundo os mais recentes “Inquéritos aos Bancos sobre o Mercado de Crédito” (IBMC) do BdP, os bancos estão a seguir critérios mais exigentes na concessão de crédito. Assim, as maturidades, as garantias exigidas, as avaliações dos riscos, as condições contratuais não pecuniárias, as comissões e outros encargos não relacionados com a taxa de juro, ter-se-ão tornado mais restritivas. Mesmo com a redução da procura de crédito, principalmente pela diminuição das necessidades de financiamento de investimento, houve um agravamento dos *spreads*.

Foram referidas algumas dificuldades de acesso a financiamento de mercado mas que estão nos últimos trimestres a melhorar e com tendência de normalização. Ainda assim, os bancos referiram que, no próximo trimestre, esperam manter ou agravar os critérios seguidos para aprovação de empréstimos.



Actividade

Enquadramento

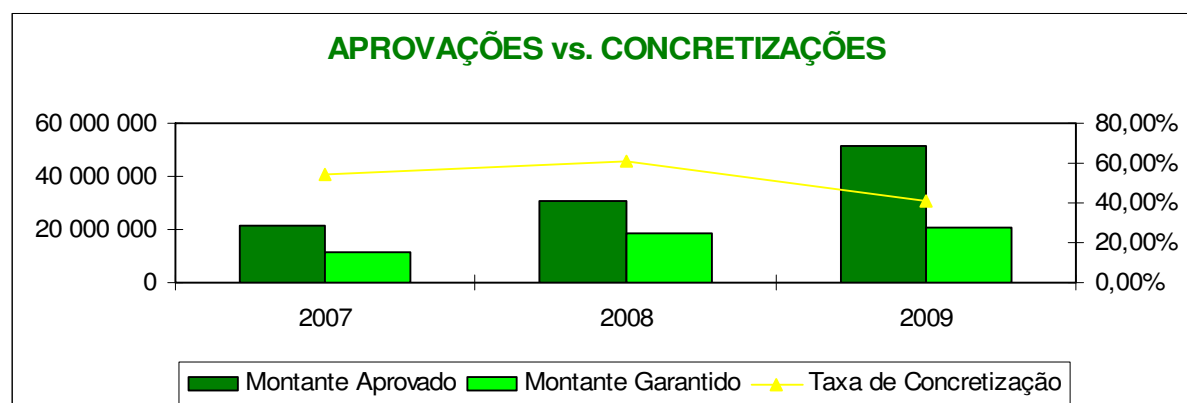
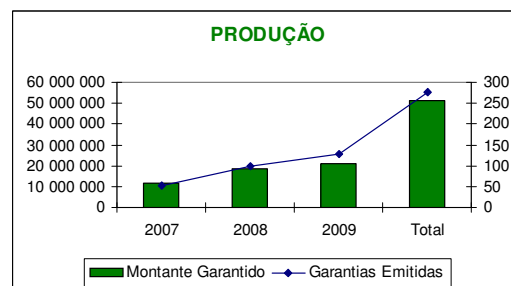
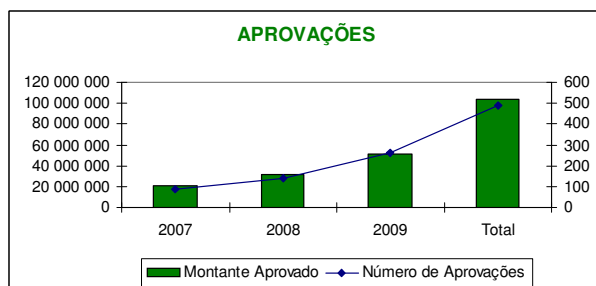
O desempenho operacional da Agrogarante foi positivo, registando-se um crescimento do volume de contratação, do número de empresas apoiadas e, principalmente, da carteira de garantias vivas. No entanto, o volume de contratação que se registou durante o último trimestre do ano, sem ser a este nível o factor mais relevante, influenciou negativamente as contas de exploração da Sociedade. Este impacto negativo no exercício em curso resulta do facto dos proveitos que advêm da formalização destas garantias, necessariamente especializados por períodos fiscais, não compensarem as provisões para Riscos Gerais de Crédito, obrigatórias, que foram realizadas. Todavia, as operações contratadas no período referido repercutir-se-ão na geração de proveitos em benefício dos exercícios seguintes.

Também o efeito do aumento da sinistralidade, os indicadores negativos por parte das empresas, nomeadamente atrasos significativos no cumprimento das suas obrigações, originam um significativo aumento nas rubricas de Provisões para Crédito Vencido e influenciam decisiva e negativamente os Resultados da Sociedade.

Tendo em particular atenção a conjuntura adversa da economia que pressiona as empresas, optou a Sociedade por realizar um nível de provisões económicas que precavesse a possibilidade de verificação futura de um aumento significativo dos níveis de sinistralidade. Esta medida pretende proteger o Balanço da Sociedade face a potenciais perdas futuras, devendo ser entendida, principalmente, como uma medida de prudência face à incerteza da evolução dos mercados.

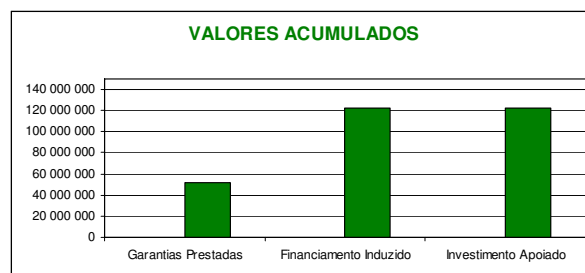
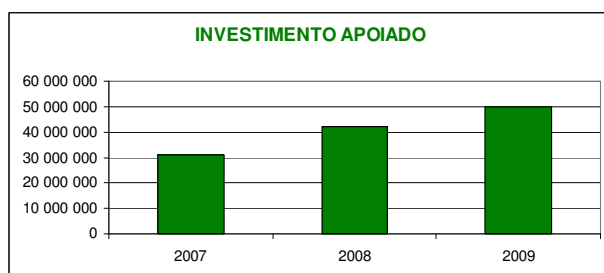
Actividade Desenvolvida

Em 2009, a Agrogarante prestou 127 garantias que ascenderam a um total de 21,4 milhões de euros. Destas, 15 são renovações de garantias já emitidas que ascenderam a 3,4 milhões de euros. O valor médio de garantias situou-se nos 165 mil euros, o que representa um decréscimo de 12% face ao ano anterior, em linha com as perspectivas realizadas. A taxa de concretização situou-se ligeiramente acima dos 40%.



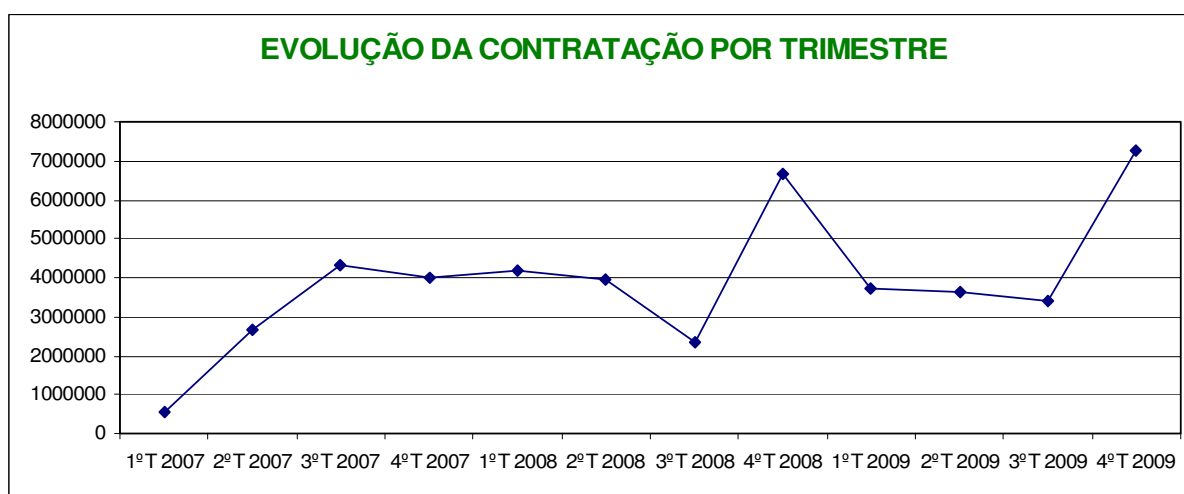
A curva descendente da taxa de concretizações em 2009 espelha o impacto das Linhas PME Investe e, principalmente, da Linha PME para o sector da Agricultura, Agro-indústrias e Florestas. Mais do que reflectir uma menor eficácia de concretização, representa o elevado nível de stock de operações aprovadas, disponível para formalização, que se registava no final do ano.

As garantias emitidas em 2009 permitiram o acesso ao crédito junto do Sistema Financeiro no montante de 49,5 milhões de euros, viabilizando investimentos na ordem dos 49,71 milhões de euros. Desde o início de actividade da Agrogarante, em 2007, o acumulado das garantias emitidas ascendeu a 51,8 milhões de euros, o financiamento induzido a 122,87 milhões de euros e o investimento apoiado a 122,94 milhões de euros.

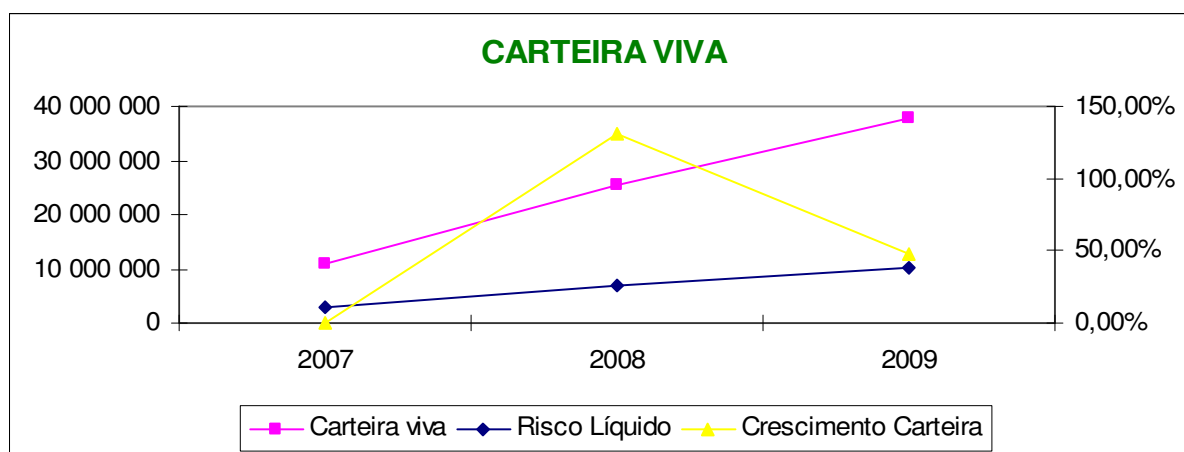


Como já referido, as Linhas PME Investe originaram uma diminuição de operações, quer pela transferência de operações anteriormente aprovadas em clientes comuns com as demais SGM, quer pela redução da proactividade dos parceiros prescritores que, focalizados nessas Linhas, diminuíram substancialmente a captação de negócio em empresas do sector Agro-Florestal.

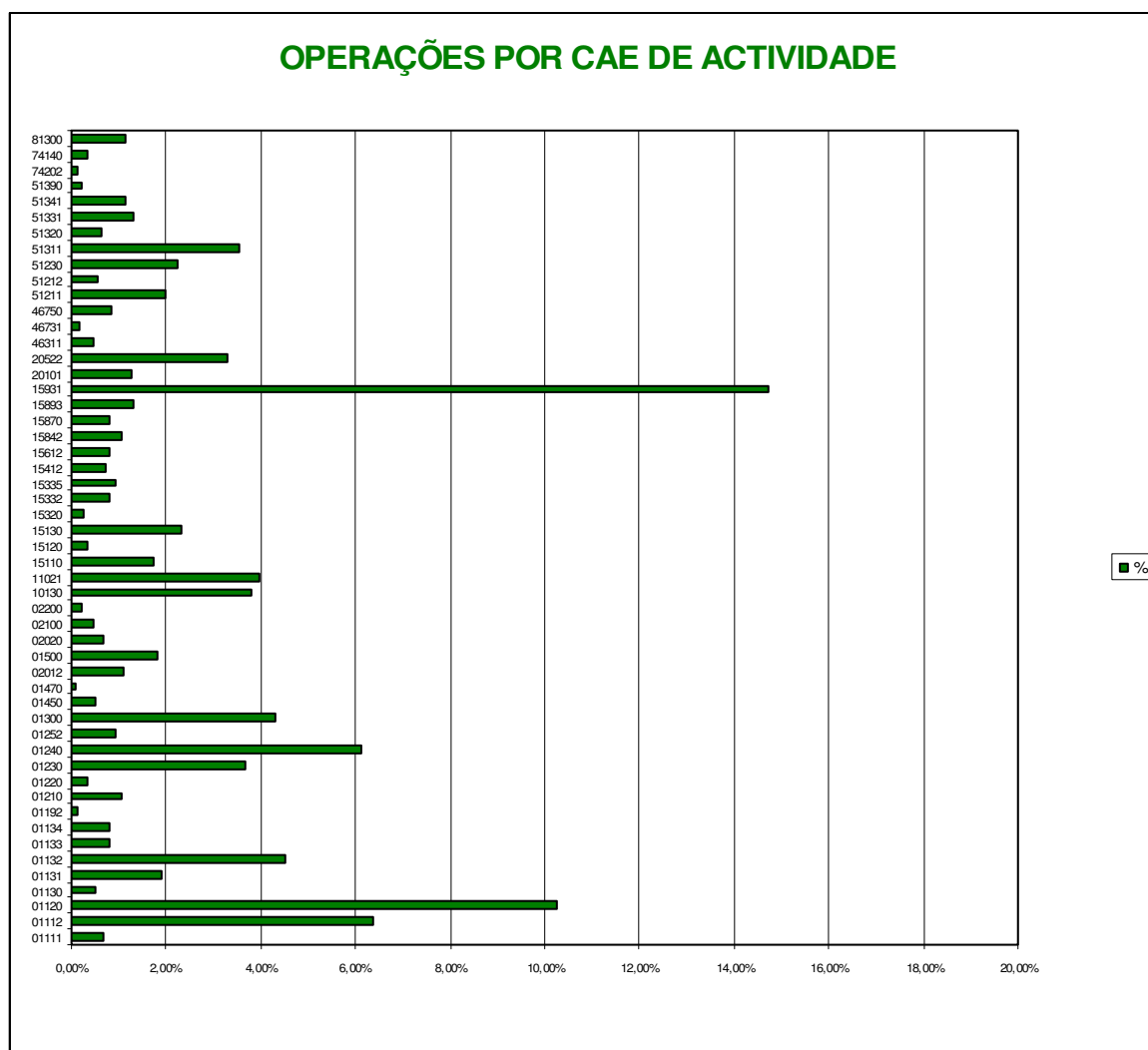
Com a Linha Específica de apoio ao sector Agrícola e Agro-Industrial e Florestas, verificou-se uma retoma na captação de operações e proactividade dos Bancos, embora a contratação somente se viesse a fazer sentir no último trimestre do ano devido ao atraso na assinatura dos protocolos, ao atraso para enquadramento na Linha por parte do IFAP e ainda ao atraso na contratação por parte dos parceiros financeiros. Espera-se que muitas destas operações possam vir a concretizar-se no primeiro trimestre de 2010.



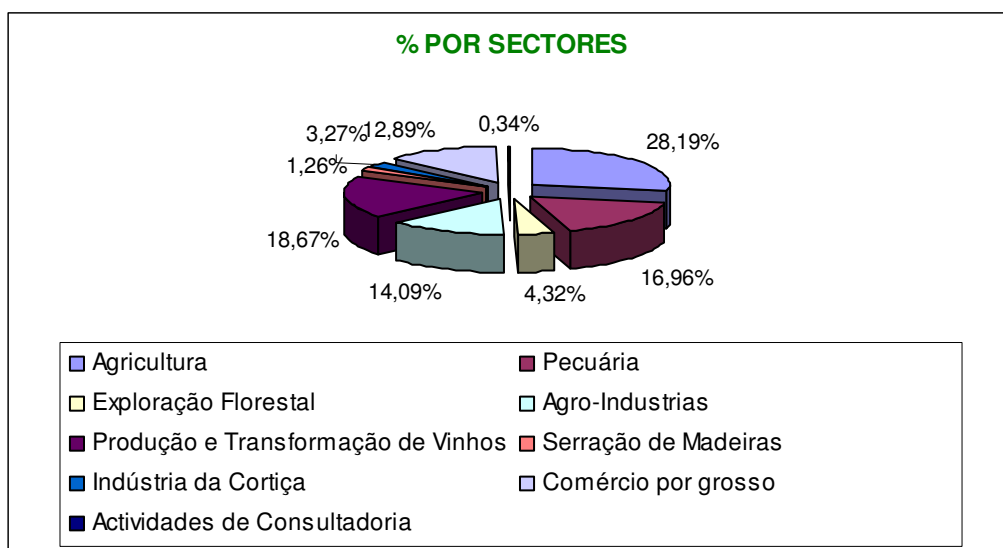
Verificou-se em 2009 um aumento de 47,88% da carteira viva de garantias face ao período homólogo do ano anterior. O crescimento da carteira tem vindo a ser acompanhado por idêntico nível de contragarantia por parte do FCGM. No final de 2009 a contragarantia média da carteira situava-se em 73,54%.



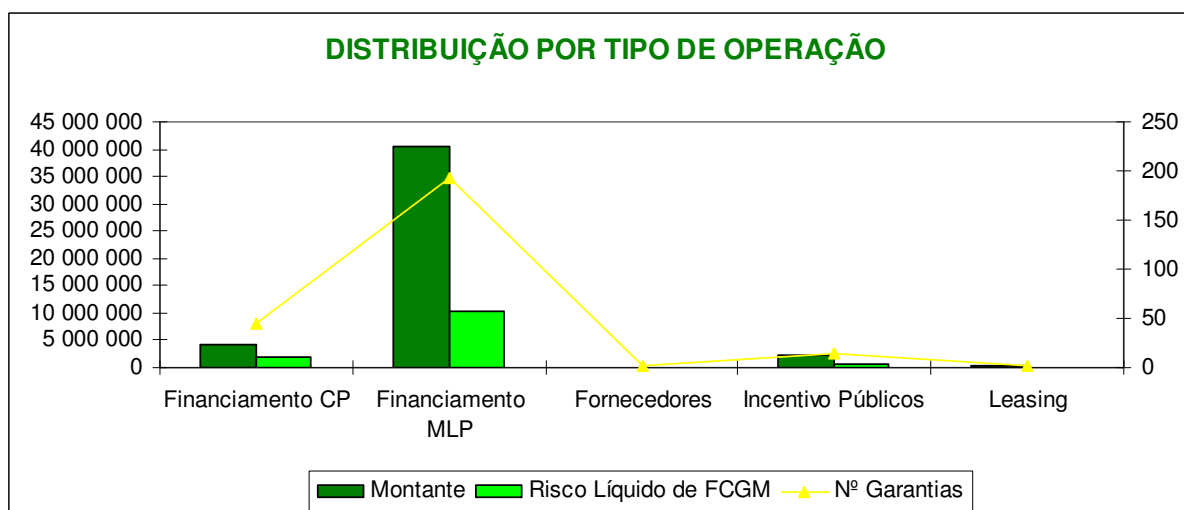
Da desagregação da carteira por actividade verifica-se uma maior intervenção junto do sector da Produção e Transformação de Vinhos (CAE 15931), que corresponde a 14,7% do montante garantido. O sector da Horticultura e Produtos de Viveiro (CAE 01120) assume também uma posição de relevo, representando 10,2 % da carteira viva e o sector da Avicultura (CAE 1240) e a dispersão do CAE denominado de Outras Culturas.N.E. representam cerca de 6% cada.



Da agregação do risco líquido por grandes grupos verifica-se que, tal como acontece com a carteira viva, também o risco líquido se encontra maioritariamente afecto à Agricultura com 28,19%, à Produção e Transformação de Vinhos com 18,67%, à Pecuária com 16,96%, seguidos das Agro-Indústrias com 14,09% e Comércio por grosso com 12,89%.

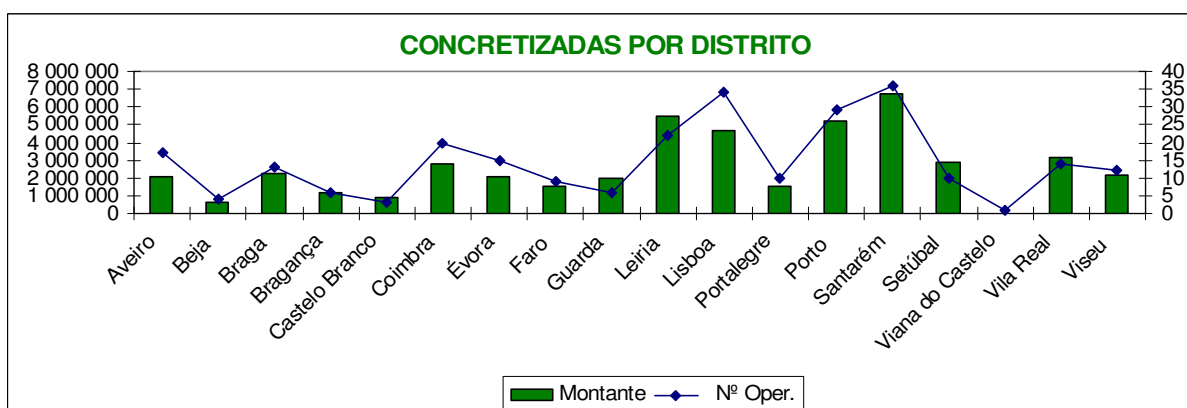
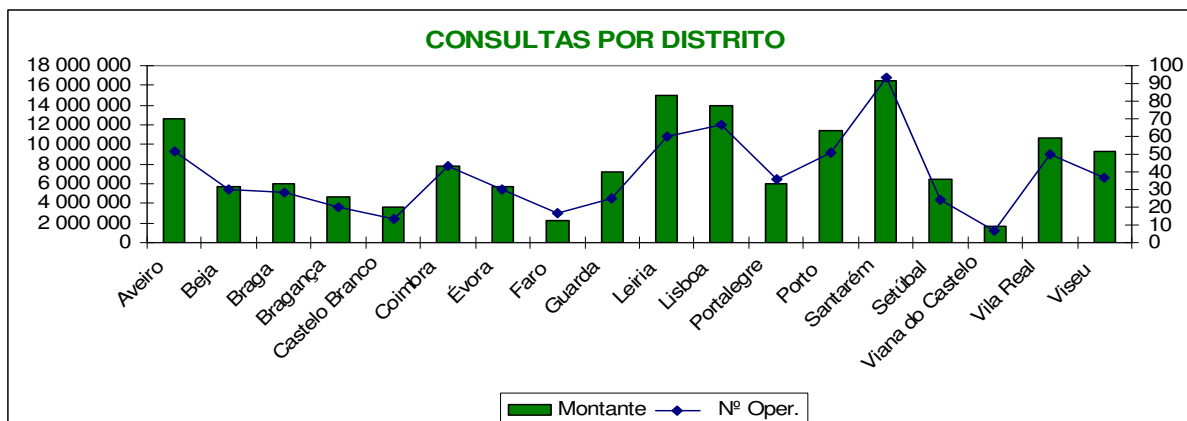


No que diz respeito ao número de garantias vivas, verifica-se uma elevada concentração nas intervenções em Financiamentos de M/L prazo, com cerca de 190 garantias cujo valor médio é de 210 mil euros.

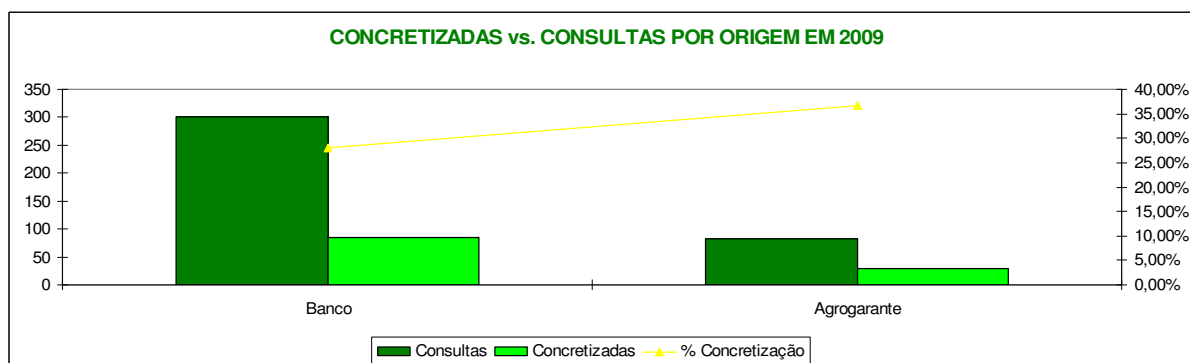
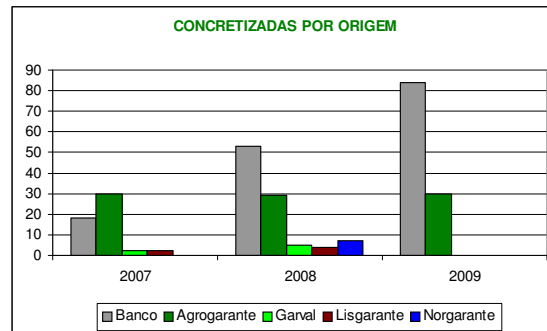
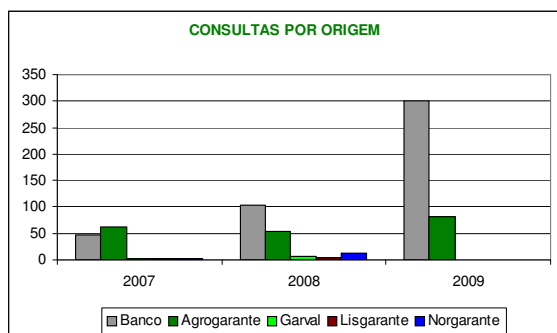


No que concerne à carteira viva por tipo de operação, o grosso da carteira corresponde a intervenções em financiamentos de M/L prazo, representando cerca de 73,95% do montante vivo total.

Constata-se uma clara concentração do montante e número de consultas e de garantias emitidas nos distritos com maior número de potenciais clientes e onde se efectuou o maior número de acções de dinamização junto dos prescritores de negócio e demais parceiros.

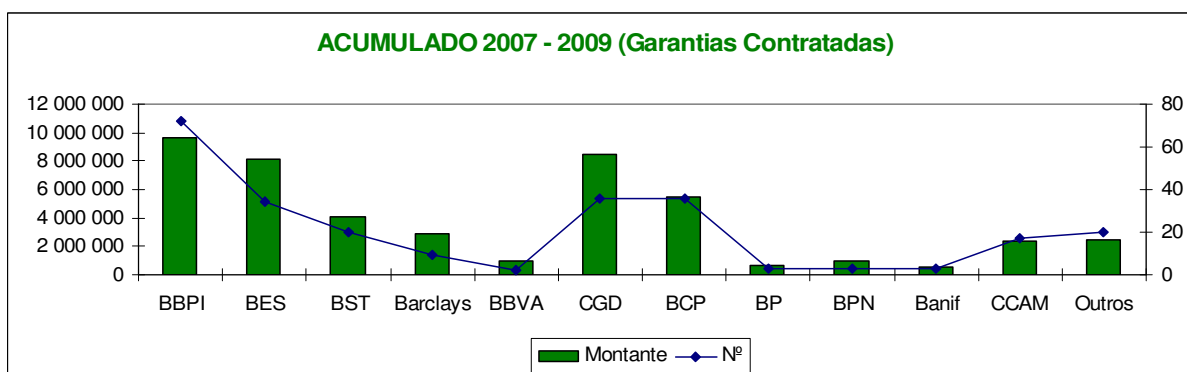
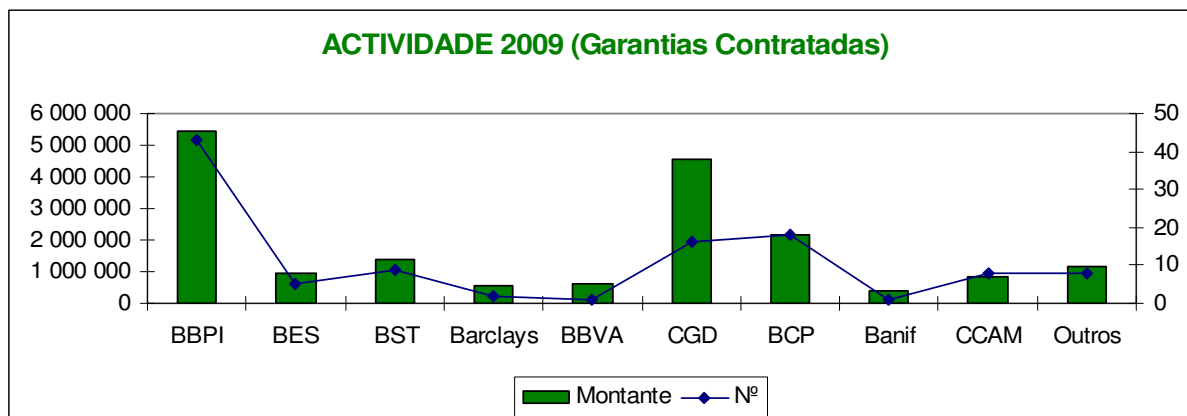


Da análise dos gráficos é visível uma preponderância das operações apresentadas pelos Bancos.

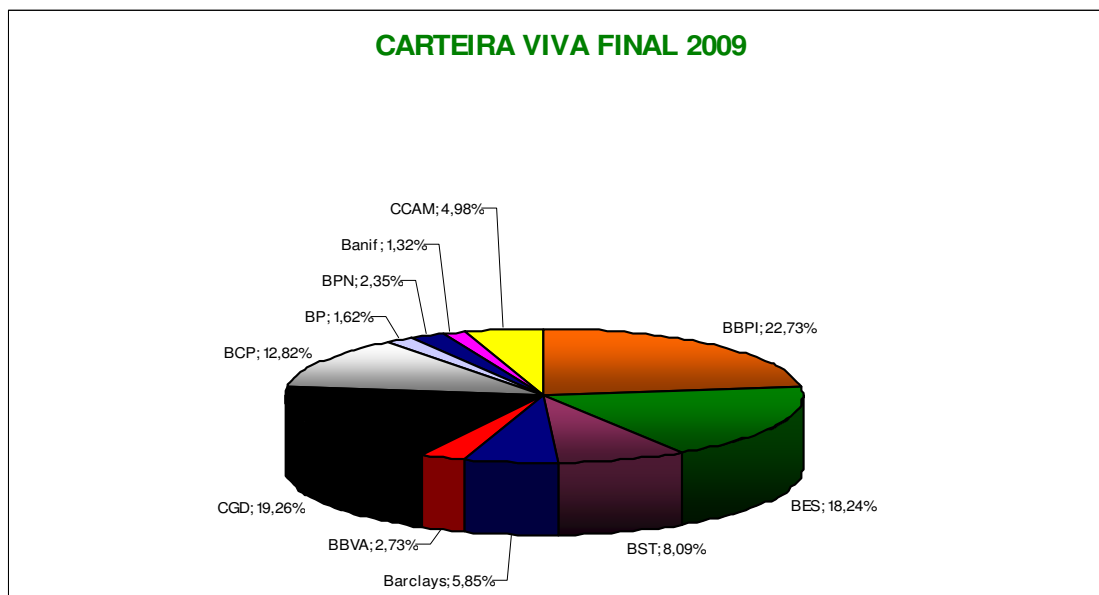


O crescimento do segmento de captação própria, no qual a Agrogarante assume o papel de interlocutora dos seus mutualistas perante os Bancos financiadores demonstra o reconhecimento das empresas na capacidade da Sociedade em promover a correcta estruturação dos créditos face às suas necessidades específicas, beneficiando cumulativamente da representação institucional da Agrogarante junto desses mesmos Bancos.

No que respeita ao relacionamento com os Bancos financiadores, o Banco BBPI apresenta-se como o parceiro mais representativo no acumulado da carteira, quer em montante quer em número de operações concretizadas e com melhor performance em 2009. Regista-se por parte da Caixa Geral de Depósitos uma recuperação significativa seguida do Millennium BCP, do BES, Santander Totta, CCAM e Barclays.



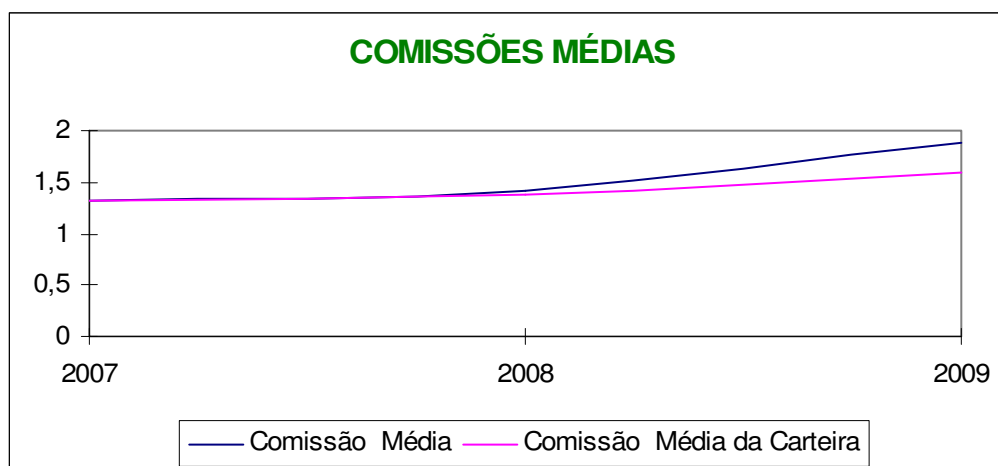
Já no que respeita à Carteira Viva no final de 2009, temos a seguinte distribuição por banco:



No final de 2009 a Agrogarante apresentava 83 novos mutualistas. O montante de acções adquirido por mutualistas ascendeu a 563 350 euros, o que representa 9,39% do Capital Social da Agrogarante.

DADOS DE ACTIVIDADE	2009
Novos Mutualistas	83
Acções Adquiridas por Mutualistas	563350
% Acções Adquiridas	9,39%
Comissão média do ano	1,88
Comissão média carteira	1,59

A comissão média da carteira, no final de 2009 rondava os 1,59%, influenciada negativamente pela comissão média em 2007 (1,32%) e positivamente pela retoma de comissões face à conjuntura actual e percepção do risco.



As garantias prestadas pela Agrogarante encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo de ContraGarantia Mútuo (FCGM) num montante que assume, no mínimo, 50% do capital da garantia. A carteira viva cresceu novamente de uma forma significativa, ascendendo a 37,8 milhões de euros no final de 2009, o que representa um crescimento de cerca de 47,89% face aos 25,5 milhões de euros registados no final de 2008.

Evidencia-se a tendência de aumento da contragarantia prestada pelo FCGM. A contragarantia assume em 2009, 73,54% da carteira sendo, portanto, o risco líquido assumido pela Agrogarante de 26,46%.

	COBERTURA		
	2007	2008	2009
Cobertura FCGM	72,47	73,47%	73,54%
Crescimento Carteira	--	131%	47,89%

No final de 2009 a Agrogarante detinha 266 Pequenas e Médias Empresas no seu corpo accionista, e prestou garantias a 197 empresas. Essas empresas empregavam cerca de 3500 trabalhadores.

Equipa e Meios

Como já referido, a actividade desenvolvida ao longo do ano implicou, necessariamente, um reforço da equipa da sociedade e um investimento adicional em meios informáticos e no desenvolvimento das ferramentas de controlo e procedimentos.

Também em 2009, e, após uma reflexão estratégica levada a cabo nos primeiros meses do ano, a sociedade viu alterado o seu organigrama, passando a dispor de uma estrutura interna composta pela Direcção Comercial e pelos Departamentos de Risco e de Operações. Além de se terem reforçado as áreas de preparação de pareceres de risco e acompanhamento e gestão do mesmo, foi definida uma

área de operações e um departamento de organização interna, isto além de se prever, nos termos regulamentares a presença de um “focal point” específico para o controlo interno, que articulará com o Director de Auditoria Interna para todo o “grupo garantia mútua”, com funções na SPGM.

Política de Remunerações e prémios

Os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efectivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas. Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Os colaboradores da sociedade auferem o respectivo salário, podendo ser elegíveis para a atribuição de um prémio semestral de performance, nos termos de um modelo de avaliação definido, que contempla variáveis quantitativas e qualitativas. Por regra, só os colaboradores com mais de seis meses de casa são elegíveis para prémios e estes poderão atingir até um total anual de 2 meses de salário, sendo superiores apenas em casos absolutamente excepcionais e analisados caso a caso entre as chefias respectivas e o Presidente da Comissão Executiva.

Análise económica e financeira

Em 2009 a Agrogarante registou, à semelhança do ano anterior, um acentuado crescimento do seu nível de actividade obtendo resultados significativos, em termos absolutos e quando comparados com 2008. Apesar da Margem Financeira, no valor de 173 mil euros, reflectir uma diminuição de 32,1%, fruto da forte redução nas taxas de juro a que está aplicado o capital da sociedade, o Produto Bancário, no valor de 639,4 mil euros, reflecte um aumento de 19,1% que, em termos absolutos, se traduz numa variação positiva.

O resultado antes de impostos é negativo em 322,1 mil euros e é justificado pela assumpção de um significativo reforço global líquido da carteira de provisões económicas bem como a constituição de provisões em sede de crédito vencido.

Por outro lado, o valor dos impostos correntes estimado para 2009 agravou-se, face a 2008, em 232,3% e, em termos absolutos, aproximadamente 14,3 mil euros. Com um peso de 2,2% do total dos proveitos o impacto dos impostos correntes no resultado líquido do exercício é mais do que totalmente absorvido pelo reconhecimento de 102,4 mil euros de impostos diferidos activos líquidos. Este procedimento é feito na sequência da adaptação da contabilidade da Agrogarante, desde o exercício de 2007, à Norma Internacional de Contabilidade (doravante designada por NIC) n.º 12, do *International Accounting Standards Committee – IASB*, processo que originou o reconhecimento de impostos diferidos em capitais próprios, e, posteriormente, em proveitos quando referentes ao próprio exercício fiscal. No ano de 2009, as reversões entretanto ocorridas foram contabilizadas em encargos por impostos diferidos e os impostos diferidos resultantes das novas diferenças temporárias decorrentes do desfasamento entre a base tributável de um activo ou passivo e o seu valor contabilizado foram reconhecidas em rendimentos por impostos diferidos.

Deste modo, o resultado do exercício (após impostos) foi, no exercício de 2009, de 240,2 mil euros negativos, representando 25,7% do total dos proveitos.

RESULTADO	Ano 2009		Ano 2008		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Total de Proveitos	934 292,45	100,0	609 686,71	100,0	324 605,74	53,2
Total de Custos	1 256 371,72	134,5	830 669,01	136,2	425 702,71	51,2
Resultado Antes de Impostos (1)	- 322 079,27	-34,5	- 220 982,30	-36,2	- 101 096,97	45,7
Impostos correntes	- 20 497,37	-2,2	- 6 168,47	-1,0	- 14 328,90	232,3
Impostos diferidos	102 403,83	11,0	57 498,57	9,4	44 905,26	78,1
Resultado do Exercício	- 240 172,81	-25,7	- 169 652,20	-27,8	- 70 520,61	41,6

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

Os proveitos totalizaram, no exercício de 2009, o valor de 934,3 mil euros reflectindo um aumento de 53,2% quando comparado com o exercício anterior. Este crescimento é, essencialmente, fruto do aumento das reposições de provisões do exercício (225,9 mil euros) e dos rendimentos de serviços e comissões (207,7 mil euros). Naturalmente, o maior peso das componentes de proveitos com impacto financeiro - nomeadamente os rendimentos relativos a serviços e comissões de garantia e os juros pelas aplicações financeiras efectuadas – representando já cerca de 70,1% do total dos proveitos, evidenciam a consolidação da carteira. Globalmente os fluxos financeiros gerados pela actividade da Empresa ascenderam a 655 mil euros.

PROVEITOS	Ano 2009		Ano 2008		Variação	
	€uros	% (1)	€uros	% (1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Rendimentos Similares	199 838,72	21,4	312 086,79	51,2	- 112 248,07	-36,0
Rendimentos de Serviços e Comissões	455 127,38	48,7	247 396,31	40,6	207 731,07	84,0
Outros Rendimentos de Exploração	43 614,31	4,7	43 450,45	7,1	163,86	0,4
Reposições do Exercício	232 622,50	24,9	6 753,16	1,1	225 869,34	3 344,6
Reposições Associadas ao Crédito a Clientes	3 089,54	0,3		0,0	3 089,54	0,0
TOTAL	934 292,45	100,0	609 686,71	100,0	324 605,74	53,2

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

O acréscimo das reposições associadas ao crédito a clientes é, em parte, explicado pela recuperação de valores de crédito provisionados a 31 de Dezembro de 2008, sendo ainda explicado pela contabilização, no exercício de 2009, de um montante relativo à reposição de montantes não aceites fiscalmente para cobertura das garantias executadas em 2008. Estes valores encontram-se, de acordo com a grelha temporal de provisionamento prevista no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, em condições de serem efectivamente aceites em termos fiscais no exercício de 2009. De forma a incluir esta realidade nas contas da Sociedade, reduzindo deste modo o tratamento fora de balanço da componente fiscal, é efectuado um movimento sem impacto líquido em resultados, que consiste na constituição de provisões aceites fiscalmente por contrapartida de reposições não aceites.

Por sua vez, a evolução da rubrica de reposições do exercício é, na sua quase totalidade, justificada pela variação da reposição de provisões económicas, que ocorre tanto pela concretização do risco económico que motivou a sua constituição (através da execução dessas garantias), como, por oposição, pelo desaparecimento desses mesmos factores (colocando as garantias fora dos critérios de provisionamento económico). A análise desta rubrica não pode, no entanto, ser interpretada isoladamente da componente de custos da mesma categoria de provisões, uma vez que a Agrogarante assumiu em 2009 a necessidade de reforço global líquido da carteira de provisões económicas em 182,3 mil euros.

GARANTIAS	Ano 2007		Ano 2008		Ano 2009		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
AGRO JOVENS Tec./Boa Execução	38 194	0,3	5 631	0,0	5 631	0,0	0	0,0
AGRO GERAL Bom Pagamento/Cumprimento	204 642	1,8	118 320	0,5	137 070	0,4	18 750	15,8
AGRO GERAL Finan. < 3 anos	655 000	5,9	1 726 535	6,8	2 467 769	6,5	741 234	42,9
AGRO GERAL Finan. >= 3 anos	9 728 471	87,9	21 612 332	84,5	32 209 482	85,2	10 597 150	49,0
AGRO JOVENS Finan. >= 3 anos	116 000	1,0	884 800	3,5	753 300	2,0	-131 500	-14,9
AGRO GERAL Subs. Públicos			1 020 909	4,0	1 974 296	5,2	953 387	93,4
AGRO JOVENS_SUBS. PÚBLICOS	326 114	2,9	73 950	0,3	162 918	0,4	88 968	120,3
AGRO LEASING 50%			123 324	0,5	96 173	0,3	-27 151	-22,0
TOTAL	11 068 422	100,0	25 565 801	100,0	37 806 638	100,0	12 240 837	47,9

A carteira de garantias vivas apresenta uma taxa de crescimento de 47,9% em 2009, relativamente ao ano anterior, fruto do crescimento da actividade comercial da Agrogarante, tal como tem vindo a ser referido.

O valor total dos custos suportados em 2009 sofreu um aumento de cerca de 425,7 mil euros em relação aos custos incorridos no ano anterior. Esta variação foi fortemente influenciada pela já referida variação do valor das provisões do exercício (crescimento de 36,7 pontos percentuais) e do agravamento de 221,6 mil euros das correcções associadas ao crédito a clientes. Estas duas rubricas, em conjunto, são responsáveis em grande parte pelo aumento dos custos acima mencionado (342 mil euros).

CUSTOS	Ano 2009		Ano 2008		Variação	
	€uros	%(1)	€uros	%(1)	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Encargos Similares	26 823,77	2,9	57 337,29	9,4	- 30 513,52	-53,2
Encargos com Serviços e Comissões	28 661,05	3,1	7 383,48	1,2	21 277,57	288,2
Gastos Gerais Administrativos	172 066,32	18,4	126 488,41	20,7	45 577,91	36,0
Gastos com Pessoal	284 661,86	30,5	245 173,22	40,2	39 488,64	16,1
Amortizações do Exercício	66 045,23	7,1	60 558,80	9,9	5 486,43	9,1
Outros Encargos de Exploração (2)	3 694,63	0,4	1 292,77	0,2	2 401,86	185,8
Provisões do Exercício	448 075,10	48,0	327 683,54	53,7	120 391,56	36,7
Correcções Associadas ao Crédito a Clientes	226 343,76	24,2	4 751,50	0,8	221 592,26	4 663,6
Total de Custos antes de Impostos	1 256 371,72	134,5	830 669,01	136,2	425 702,71	51,2

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

Em relação à variação das provisões do exercício, podemos afirmar que esta ficou a dever-se ao reforço das provisões económicas em resultado do acompanhamento realizado à carteira com o objectivo de salvaguardar, por motivos prudenciais, a probabilidade de incumprimento de garantias em curso no final do exercício.

Adicionalmente, a evolução da rubrica correcções associadas aos créditos a clientes, onde são

registadas as provisões para cobertura de garantias sinistradas e pagas, bem como as notas de débito e facturas não pagas pelos clientes, é explicada, em grande parte, pela conjuntura económica actual e o seu reflexo no tecido empresarial, concretizando-se num maior número e valor de garantias accionadas.

Por outro lado o aumento da actividade operacional teve impacto, quer no âmbito do reforço de provisões para riscos gerais de crédito, quer na rubrica de encargos com serviços e comissões, pelo efeito do aumento da comissão de contragarantia devida ao Fundo de Contragarantia Mútuo.

O impulso que a actividade sofreu tornou inevitável o reforço da estrutura base da Sociedade, sendo este facto relevado nas variações ocorridas tanto na rubrica dos recursos humanos, com uma variação positiva de cerca de 39,5 mil euros, como na rubrica de gastos gerais administrativos, com uma variação positiva de 45,6 mil euros.

A variação da rubrica dos gastos gerais administrativos teve um maior enfoque sobre um conjunto de serviços de consultadoria contratados a entidades externas, que permitiram dotar a Agrogarante nomeadamente de um sistema de gestão documental e de um modelo de informação de gestão mais adequados à dimensão da Sociedade.

O Activo líquido da Agrogarante regista, à data de 31 de Dezembro de 2009, o valor de 7,2 milhões de euros, não evidenciando variação significativa relativamente ao valor do exercício anterior.

Com um valor de Capitais Próprios de 5,5 milhões de euros, a Agrogarante apresenta uma autonomia financeira de 75,9%, a qual, clara e inequivocamente, demonstra a sua elevada solvabilidade financeira. Das responsabilidades extrapatrimoniais decorrentes da emissão de garantias em nome e a pedido das micro e pequenas e médias empresas suas accionistas beneficiárias, que ascendiam, em 31 de Dezembro de 2009 a 37,8 milhões de euros encontram-se directamente contragarantidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 27,8 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas da Agrogarante ascendem a 10 milhões de euros, valor que representa uma alavancagem líquida de cerca de duas vezes o valor dos capitais.

A Agrogarante apresenta um rácio de solvabilidade de 34,5%. Este rácio traduz a relação entre os fundos próprios e o total dos activos e elementos extrapatrimoniais ponderados pelo seu risco, pelo que o actual indicador espelha a adequabilidade dos fundos próprios da Agrogarante para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas Entidades.

Perspectivas futuras

O ano de 2009 confirmou uma conjuntura económica adversa e o aumento de Linhas PME Investe, nas quais a Agrogarante não interveio por falta de enquadramento legal. Sendo consensual que o período de ajustamento económico global será lento, a gestão da qualidade da carteira de garantias, particularmente ao nível do acompanhamento das empresas mutualistas, será um dos focos de actuação da Sociedade.

Por outro lado a incerteza que se vive nos mercados financeiros, associada à manutenção de critérios rigorosos ao nível da concessão de crédito continuarão a pressionar as empresas nacionais, induzindo maior procura pelo produto garantia mútua.

É possível que sejam criadas medidas de apoio governamental para a Agricultura e Agro-indústrias que tenderão a provocar um crescimento da carteira e, principalmente, quanto ao número de novas empresas mutualistas. A Sociedade terá o desafio de responder, com qualidade de serviço, aos picos de procura que se farão sentir.

No ano de 2010 verificar-se-á, certamente, o evoluir do sistema para novos formatos de garantia e o potenciar dos já recentemente iniciados, em particular ao nível da Linha de Crédito para Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego, celebrado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Para o ano de 2010 mantém-se como desafio da sociedade o aumento da notoriedade e utilização do produto Garantia Mútua no seu sector específico, em linha com o aumento exponencial de intervenção deste mecanismo nos demais sectores de actividade, naturalmente acompanhado por uma criteriosa e prudente análise de projectos e empresas, observando necessariamente níveis mínimos de rentabilidade. Procurar-se-á ainda alargar significativamente a base de mutualistas beneficiários, com particular enfoque no segmento dos Pequenos Negócios.

Para todos os desafios que se colocam à Agrogarante existirá, seguramente, a necessidade de vir a realizar-se uma evolução no seu modelo organizacional, assim como um crescimento orgânico que acomode a evolução da carteira de garantias e o reforço de capitais próprios e do mecanismo de contragarantia, para o que muito esperamos poder contar, a curto prazo, com o programa de Engenharia Financeira do Proder.

O reforço da capacidade operacional da Sociedade procurará tornar mais intensa e eficaz a captação própria de operações de garantia e assegurar níveis de resposta adequados nos períodos de distribuição de Projectos no âmbito do Proder e de Linhas Específicas que venham a ser instituídas que implicam elevados picos de produção. A aproximação directa ao mercado envolve uma continuada transformação da estrutura da Agrogarante, processo que se iniciou em 2007 e cujos resultados são visíveis, nomeadamente no que respeita à evolução da carteira e na melhoria do processo de acompanhamento. A opção por esta estratégia implica um esforço significativo para toda a estrutura, nomeadamente no que respeita à produtividade e à coordenação interna, ao mesmo tempo que pressiona a estrutura de custos obrigando a um controlo rigoroso.

Após três anos de intervenção junto do mercado, a Agrogarante procura continuar e reforçar a sua actividade comercial. A curva de crescimento verificada ao longo do período de actividade é demonstrativa da receptividade da Garantia Mútua pelas empresas e da conquista de confiança junto dos bancos, nossos parceiros em operações de financiamento, e demais beneficiários, apesar das dificuldades já mencionadas.

No período que agora se inicia está prevista a continuidade de uma estratégia de maior proximidade com as empresas, lógica em que se insere a futura abertura de uma Agência no Norte do País e a autonomização do ponto comercial já existente em Santarém. A evolução da actividade poderá vir a determinar a abertura de uma outra agência no Sul do País.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respectivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e na disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Agrogarante melhorar o acompanhamento efectivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

A continuação do crescimento até agora verificado na carteira viva de garantias, mesmo com níveis de prudência na decisão de risco acrescidos e a verificar-se a intervenção da Sociedade em novas Linhas de Crédito e, nomeadamente em Linhas PME Investe, leva a equacionar uma possível chamada dos senhores Accionistas a um reforço dos capitais da sociedade, de modo a manter níveis de solvência e de solidez financeira elevados, compatíveis com a dinâmica de crescimento em curso.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que em 2009 encontraram na Agrogarante um grande empenho em continuar o espírito de parceria que caracteriza o Sistema Nacional de Garantia Mútua.

A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser os nossos maiores incentivos e a comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente manifestado por novas empresas e instituições bancárias. As características únicas do produto garantia mútua no apoio às empresas numa conjuntura desfavorável são um estímulo adicional que nos levará a procurar aumentar a nossa capacidade de apoiar cada vez mais empresas.

Aos Bancos e Caixas agradecemos as parcerias estabelecidas no desenvolvimento de novos produtos com aplicação da Garantia Mútua em favor das PME.

Expressamos também aos Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respectivas áreas de actuação. Aos nossos consultores, auditores e revisores um agradecimento pelo contributo prestado para a saudável evolução da Sociedade.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante, Lisgarante e Garval, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo apoio concedido e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, enquanto entidade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo e centro corporativo de serviços partilhados para o Sistema de Garantia Mútua e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Agrogarante e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na actividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Agrogarante um bom trabalho em prol do tecido empresarial português.

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2009, no valor de € 240 172,81:

- Para Resultados Transitados (€ 240 172,81)

Coimbra, 24 de Fevereiro de 2010.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

José Egídio Barbeito – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

João de Deus Pires Asseiro

Joaquim Miguel Ribeiro

III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009

Balanço em 31 de Dezembro de 2009

	Ano 2009		Ano 2008	
	Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3) = (1) - (2)	Valor líquido
ACTIVO				
Caixa e disponibilidade em bancos centrais	1 250,00		1 250,00	1 250,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	182 364,43		182 364,43	130 930,46
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Aplicações em instituições de crédito	5 258 723,68		5 258 723,68	5 418 313,44
Crédito a clientes	238 842,42	228 005,72	10 836,70	6 188,96
Investimentos detidos até à maturidade				
Activos com acordo de recompra				
Derivados de cobertura				
Activos não correntes detidos para venda				
Propriedades de investimento				
Outros activos tangíveis	1 590 462,11	186 387,54	1 404 074,57	1 456 273,52
Activos intangíveis	16 873,41	14 065,33	2 808,08	2 872,69
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos por impostos correntes				
Activos por impostos diferidos	199 317,79		199 317,79	96 913,96
Outros activos	160 051,34		160 051,34	72 343,36
Total de Activo	7 647 885,18	428 458,59	7 219 426,59	7 185 086,39
PASSIVO				
Passivos Eventuais			37 806 638,11	25 565 800,86
- Garantias e Avals			37 806 638,11	25 565 800,86
Compromissos				
- Outros			1 193 900,00	

	Ano 2009	Ano 2008
PASSIVO		
Recursos de bancos centrais		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de clientes e outros empréstimos		
Responsabilidades representadas por títulos		
Passivos financeiros associados a activos transferidos		
Derivados de cobertura		
Passivos não correntes detidos para venda		
Provisões	565 789,20	350 336,60
Passivos por impostos correntes	17 866,51	5 543,47
Passivos por impostos diferidos		
Instrumentos representativos de capital		
Outros passivos subordinados		
Outros passivos	1 156 120,40	1 109 383,03
Total de Passivo	1 739 776,11	1 465 263,10
CAPITAL		
Capital	6 000 000,00	6 000 000,00
Prémios de emissão		
Outros instrumentos de capital		
Acções próprias		
Reservas de reavaliação		
Outras reservas e resultados transitados	-280 176,71	-110 524,51
Resultado do exercício	-240 172,81	-169 652,20
Dividendos antecipados		
Total de Capital	5 479 650,48	5 719 823,29
Total de Passivo + Capital	7 219 426,59	7 185 086,39

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

José Egídio Barbeito – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

João de Deus Pires Asseiro

Joaquim Miguel Ribeiro

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2009

	Ano 2009	Ano 2008
Juros e rendimentos similares	199 838,72	312 086,79
Juros e encargos similares	-26 823,77	-57 337,29
Margem financeira	173 014,95	254 749,50
Rendimentos de instrumentos de capital		
Rendimentos de serviços e comissões	455 127,38	247 396,31
Encargos com serviços e comissões	-28 661,05	-7 383,48
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Resultados de reavaliação cambial		
Resultados de alienação de outros activos		
Outros resultados de exploração	39 919,68	42 157,68
Produto Bancário	639 400,96	536 920,01
Custos com pessoal	-284 661,86	-245 173,22
Gastos gerais administrativos	-172 066,32	-126 488,41
Amortizações do exercício	-66 045,23	-60 558,80
Provisões líquidas de reposições e anulações	-215 452,60	-320 930,38
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	-223 254,22	-4 751,50
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		
Resultado antes de impostos	-322 079,27	-220 982,30
Impostos		
Correntes	-20 497,37	-6 168,47
Diferidos	102 403,83	57 498,57
Resultado após impostos	-240 172,81	-169 652,20

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

José Egídio Barbeito – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

João de Deus Pires Asseiro

Joaquim Miguel Ribeiro

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009

(valores em EUROS)

Introdução

As notas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50 anexas ao Balanço e Demonstração de Resultados não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar

As demonstrações financeiras da Sociedade têm por base os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005 do Banco de Portugal, pela competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do art. 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro. As NCA seguem na sua maior parte as determinações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adaptadas pela União Europeia, pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, tendo sido transpostas para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

NOTA 3 – Critérios de avaliação

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os activos tangíveis e intangíveis classificados estão valorizados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

PROVISÕES E CORRECÇÃO DE VALORES ASSOCIADOS A CRÉDITO A CLIENTES

NO PASSIVO

- 1) Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de

cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do Aviso do Banco de Portugal. É igualmente incluída nesta rubrica uma provisão no valor de 1% sobre o saldo de devedores;

- 2) Uma provisão para garantias vivas, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas.

NO ACTIVO

- 1) Correções associadas a crédito e juros a clientes, sendo apresentadas no activo como dedução à rubrica de créditos a clientes e calculada:
 - i. Em relação às garantias accionadas a título de execução pelos seus legítimos beneficiários, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito vencidos;
 - ii. Em relação a notas de débito emitidas, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respectivo crédito, constante no n.º 2 do artigo 3.º do Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal ponderadas pela existência ou não de garantia real ou pessoal em conformidade com o n.º 5, e avaliada nos termos do n.º 6 do mesmo artigo do Aviso atrás mencionado.

ESTIMATIVA DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos correntes são estimados de acordo com a legislação aplicável. No exercício de 2009, tal como efectuado no exercício anterior, e em consequência da adaptação da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, referente ao Orçamento Geral do Estado para 2007, nomeadamente através do aditamento efectuado ao artigo n.º 35-A n.º 2 al. b) do código de IRC, não são consideradas provisões para crédito vencido fiscalmente aceites as constituídas para cobertura de risco de incobrabilidade dos créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que haja lugar a diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos geralmente aceites e as regras fiscais vigentes.

NOTA 11 – Movimentos do activo immobilizado

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Amortização do exercício	Abates		Valor líquido 2009-12-31
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)		V. Aquisição	Amortizações	
ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Despesas estabelecimento								
Custos plurianuais								
Outras	12 266,31	9 393,62	4 607,10		4 671,71			2 808,08
	12 266,31	9 393,62	4 607,10		4 671,71			2 808,08
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS								
Imóveis de serviço próprio								
Outros imóveis								
Equipamento	58 330,75	32 626,58	9 174,57		15 129,84	99,90	99,90	19 748,90
Locação financeira								
Imóveis	1 429 312,94	45 751,29			22 875,72			1 360 685,93
Equipamento	93 743,75	46 736,05			23 367,96			23 639,74
	1 581 387,44	125 113,92	9 174,57		61 373,52	99,90	99,90	1 404 074,57

No exercício de 2009, efectuaram-se investimentos em activos tangíveis - aquisição de equipamento informático - e intangíveis - licenças de software - de forma a dotar a equipa de todos os recursos exigidos pelo contínuo aumento da actividade operacional que se tem verificado na Sociedade.

NOTA 14 – Créditos sobre instituições de crédito

	Ano 2009	Ano 2008
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
Até 3 meses	4 457 414,79	4 416 407,88
De 3 meses a 1 ano	801 308,89	1 001 905,56
	5 258 723,68	5 418 313,44
CRÉDITO A CLIENTES		
Até 3 meses	8 219,90	1 527,93
De 3 meses a 1 ano	136 038,44	9 412,53
De 1 a 5 anos	94 584,08	
	238 842,42	10 940,46

A rubrica aplicações em instituições de crédito reflecte os montantes aplicados pela Agrogarante em depósitos a prazo, bem como os respectivos juros vincendos que, em Dezembro de 2009, ascendiam a 3,7 mil euros.

A variação no crédito a clientes reflecte as dívidas resultantes da execução de garantias (liquidadas do reembolso do Fundo de Contragarantia Mútuo) e da não cobrança de comissões de garantia. Esta

rubrica registou um aumento significativo face ao exercício de 2008 consequência de um crescimento da sinistralidade ocorrida ao longo de todo o ano que finda.

NOTA 23 – Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos por garantias e avals prestados referem-se à prestação de garantias de natureza financeira de 1º grau (garantias e avals). Os outros compromissos irrevogáveis referem-se a compromissos de recompra de acções.

	Ano 2009	Ano 2008
GARANTIAS PRESTADAS E PASSIVOS EVENTUAIS		
Garantias e avals	37 806 638,11	25 565 800,86
	37 806 638,11	25 565 800,86
GARANTIAS RECEBIDAS		
Contragarantias	27 758 394,60	18 758 414,89
Avalistas	112 529 055,02	77 845 673,99
Penhor acções	1 193 900,00	
Hipotecas	29 305 012,68	15 602 300,44
	170 786 362,30	112 206 389,32
COMPROMISSOS		
Revogáveis		
Irrevogáveis	1 193 900,00	
	1 193 900,00	

Na Instrução n.º 7/2006, que regula a comunicação da informação referente às responsabilidades por crédito concedido, é estabelecida a obrigatoriedade de comunicação ao Banco de Portugal das fianças e avals recebidos pelas instituições participantes. A Agrogarante considera contabilisticamente os valores referentes aos avals recebidos como contragarantia às operações prestadas, quer estes permaneçam como responsabilidades potenciais, quer a partir do momento em que o avalista seja chamado a assegurar o pagamento das prestações do crédito, por incumprimento do devedor, passando a sua responsabilidade de meramente potencial a efectiva.

Do tratamento acima descrito resultou o reconhecimento de, no caso de responsabilidades potenciais:

- 112 529 055,02 euros de valores de operações avalizadas.

Não existem avalistas que estejam em incumprimento e cuja responsabilidade se tenha tornado

efectiva.

NOTA 24 – Movimento das provisões

	Ano 2008	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Ano 2009
CORRECÇÃO VALORES ASSOCIADOS CRÉDITO VENCIDO					
Crédito e Juros Vencidos	4 751,50	226 343,76		3 089,54	228 005,72
	4 751,50	226 343,76		3 089,54	228 005,72
PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CREDITO					
Aviso nº 3/95 B.P.	68 073,86	52 450,21		20 041,63	100 482,44
Outros	566,31	1 027,57		239,76	1 354,12
PARA GARANTIAS					
Provisões Económicas	281 696,43	394 597,32		212 341,11	463 952,64
	350 336,60	448 075,10		232 622,50	565 789,20
	355 088,10	674 418,86		235 712,04	793 794,92

As provisões para riscos gerais de crédito registaram um crescimento face ao exercício anterior, facto explicado pelo já referido crescimento da actividade operacional da Agrogarante.

Foram constituídas, no exercício de 2009, provisões económicas no valor de 394 597,32 euros. Este valor foi obtido tendo em conta diversos critérios de apreciação dos riscos económicos imputados a cada garantia viva da Sociedade, sobretudo a previsibilidade da ocorrência de sinistros e/ou situações de mora relativamente a cada garantia viva à data de Dezembro de 2009.

NOTA 29 – Capital Próprio

	Ano 2008	Aumentos	Diminuições	Ano 2009
CAPITAL PROPRIO				
Capital Social	6 000 000,00			6 000 000,00
Reserva Legal	410,00			410,00
Reserva Estatutária	3 694,77			3 694,77
Resultados Transitados	- 114 629,28	- 169 652,20		- 284 281,48
Resultado Líquido do Exercício	- 169 652,20	- 240 172,81	- 169 652,20	- 240 172,81

NOTA 31 – Outros activos e passivos

	Ano 2009	Ano 2008
OUTROS ACTIVOS		
Conta Caução	831,80	831,80
Devedores e outras aplicações	135 412,22	56 630,58
Outros activos	10 000,00	10 000,00
	146 244,02	67 462,38
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
Outras Contas de Regularização	7 484,25	
Rendimentos a Receber	3 444,00	
Despesas com encargo diferido	2 879,07	4 880,98
	13 807,32	4 880,98
	160 051,34	72 343,36
OUTROS PASSIVOS		
Credores diversos	16 393,62	7 923,23
Fornecedores de locação financeira	918 099,59	1 004 993,89
Outras exigibilidades	11 468,63	10 290,97
	945 961,84	1 023 208,09
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO		
Encargos a pagar	40 913,09	30 418,63
Receitas com rendimento diferido	169 245,47	55 756,31
	210 158,56	86 174,94
	1 156 120,40	1 109 383,03

No activo, a rubrica de devedores e outras aplicações, com um valor de 135,4 mil euros, é constituída, essencialmente, pelas comissões de garantia a receber dos clientes.

Os outros activos, com um valor de 10 mil euros dizem respeito à contabilização de obras de arte doadas à Sociedade.

As contas de regularização incluídas nos outros activos, contemplam, entre outras rubricas os rendimentos a receber respeitantes aos estágios participados pelo IEFP, no montante de 3,4 mil euros, as despesas relativas ao diferimento de prémios de seguros em cerca de 2,9 mil euros e adiantamentos a fornecedores na ordem dos 7,5 mil euros.

As contas de regularização incluídas nos outros passivos são constituídas pelas receitas com rendimento diferido, com o valor aproximado de 167,2 mil euros (referentes ao diferimento das comissões de garantias antecipadas), e pela rubrica de encargos a pagar (especialização do subsídio de férias e férias a pagar em 2010).

Em relação aos outros passivos o valor dos credores diversos diz respeito a fornecimentos correntes.

O passivo financeiro da Sociedade corresponde às dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado, relativo a instalações próprias (com valor inicial de 1 429,3 mil euros) e equipamentos de transporte (com valor inicial de 93,7 mil euros) e representa 12,7% do valor do total do activo líquido da Sociedade.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de Imposto sobre o Rendimento, Imposto do Selo e Segurança Social do mês de Dezembro, e apuramento do IVA respeitante ao 4º trimestre do ano que finda.

NOTA 34 – Volume de emprego

Administração	5
Quadros directivos e técnicos	7

Em linha com o aumento de actividade de carácter sazonal relacionado com a contratação da Linha PME AGRO, a Sociedade recorreu, no exercício de 2009, à contratação de 3 colaboradores em regime de estágio profissional.

NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

	Ano 2009	Ano 2008
REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS		
Conselho de Administração	11 500,00	11 500,00
Conselho Fiscal	7 908,00	7 482,20
Assembleia Geral	850,00	2 000,00
Comissão Executiva	35 100,00	30 300,00
	55 358,00	51 282,20

No ano de 2009 não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais, nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Nos termos do determinado na última reunião da Comissão de Vencimentos, e que vem sendo mantida como prática ao longo dos anos, os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva auferem apenas uma senha de presença por cada reunião em que estejam efectivamente presentes, não existindo remunerações fixas permanentes atribuídas.

Historicamente não se verificou, nem verifica, a atribuição de quaisquer prémios de performance, nem de outro qualquer tipo, aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Em termos discriminados, foram os seguintes os valores colocados à disposição dos Membros do Conselho de Administração e Comissão Executiva no ano findo:

Senhas de Presença:

	Conselho de Administração	Comissão Executiva
José Fernando Ramos de Figueiredo	€ 4 000,00	€ 18 600,00
Carlos Alberto Rodrigues Alexandre	€ 2 400,00	€ 8 700,00
Mário Manuel Gaspar	€ 900,00	€ 2 400,00
Banco BPI, S.A.,	€ 2 400,00	€ 5 400,00
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	€ 1 800,00	

Quanto ao Fiscal Único,

Remunerações:

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A.	€ 7 908,00
--	------------

NOTA 39 - Outros resultados de exploração

	Ano 2009	Ano 2008
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		
CUSTOS		
Impostos	1 976,02	341,64
Outros	1 718,61	951,13
	3 694,63	1 292,77
PROVEITOS		
Prestação de serviços	24 975,00	21 250,00
Reembolso de despesas	1 040,85	60,00
Doacções		10 000,00
Outros	17 598,46	12 140,45
	43 614,31	43 450,45
	39 919,68	42 157,68

Ao nível dos custos, a rubrica de impostos indirectos (cerca de 2 mil euros) e outros encargos operacionais (cerca 1,7 mil euros) verificou um acréscimo de cerca de 2,4 mil euros.

O acréscimo de impostos está relacionado com o imposto do selo suportado pela Agrogarante relativo aos contratos de compra e venda de acções celebrados e inerentes ao crescimento da sua actividade operacional.

A rubrica dos outros custos diz essencialmente respeito a regularizações de exercícios anteriores.

Nos proveitos é de salientar o aumento, em cerca de 3,7 mil euros, na rubrica de prestação de serviços e que diz respeito às comissões de análise, montagem e emissão de garantias liquidadas pela Sociedade em consequência do crescimento da actividade durante o exercício de 2009. A variação na rubrica dos outros proveitos provém, em grande escala, de regularizações de exercícios anteriores.

NOTA 41 – Carga fiscal

	Ano 2009	Ano 2008
IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO (IRC)		
Imposto corrente apurado no exercício	-20 497,37	-6 168,47
Pagamentos por conta		
Pagamentos especiais por conta	2 630,86	625,00

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

O Imposto sobre Rendimento estimado para 2009, com o valor aproximado de 20,5 mil euros, encontra-se já parcialmente liquidado através dos pagamentos especiais por conta efectuados em 2009 (cerca de 2,6 mil euros).

NOTA 45 - Operações de locação financeira

	Valor bruto	Reintegrações	Valor líquido 2009-12-31
IMOBILIZADO REGIME LOCAÇÃO FINANCEIRA			
Imóveis	1 429 312,94	68 627,01	1 360 685,93
Equipamento	93 743,75	70 104,01	23 639,74
	1 523 056,69	138 731,02	1 384 325,67

O imobilizado em regime de locação financeira apresenta um valor líquido de 1 384,3 mil euros no final do Exercício de 2009.

NOTA 51 – Outras informações

	Ano 2008	Reforços	Reposições	Ano 2009
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
Por diferenças temporárias em Passivos				
Em riscos gerais de crédito	18 039,58	11 781,24	3 192,97	26 627,85
Em provisões económicas	74 649,55	104 568,29	56 270,40	122 947,44
Em provisões para devedores diversos	150,08	358,84	150,07	358,85
Por prejuízos fiscais	3 063,16		3 063,16	
	95 902,37	116 708,37	62 676,60	149 934,14
Por diferenças temporárias em Activos				
Em correcções associadas ao crédito vencido	1 011,59	49 068,62	696,56	49 383,65
	96 913,96	165 776,99	63 373,16	199 317,79

A variação observada nos impostos diferidos confirma o já mencionado anteriormente. Assim, constata-se o forte reforço ocorrido neste exercício relativamente aos impostos diferidos para provisões económicas (em linha com o reforço da mesma rubrica) e para correcções associadas ao crédito vencido (devido ao aumento da sinistralidade registada em 2009). É também visível a reposição de grande parte dos impostos diferidos constituídos no exercício anterior para estas duas rubricas. Este facto é representativo do carácter temporário e de expurgação dos efeitos fiscais incluídos nas rubricas contabilísticas, que representam a base da teoria associada à contabilização e tratamento dos impostos diferidos.

A Sociedade não detém em carteira quaisquer acções próprias, nem é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Fernando Ramos de Figueiredo – Presidente

José Egídio Barbeito – Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

João de Deus Pires Asseiro

Joaquim Miguel Ribeiro

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

Anexo

ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S. A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Agrogarante:

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	2 800 000 acções
Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo	172 800 acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	4 300 acções
Banco BPI, S. A.	500 acções

ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Em 31 de Dezembro de 2009, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	46,67%
---	--------

ACCIONISTAS PROMOTORES

O quadro seguinte lista as entidades que detêm, de acordo com a legislação aplicável, o estatuto de accionistas promotores:

Accionista Promotor	N.º de Acções	%
IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	2 800 000	46,67%
SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.	229 900	3,83%
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	172 800	2,88%
Banco Comercial Português, S.A.	21 100	0,35%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	4 300	0,07%
Banco Espírito Santo, S.A.	1 100	0,02%
Banco BPI, S.A.	500	0,01%
Total Accionistas Promotores	3 229 700	53,83%

IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório da nossa actividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório apresentados pelo Conselho de Administração da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, referentes ao ano de 2009.

Ao longo deste período, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.

Como habitualmente, o Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

Encerrado o exercício, analisámos o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo.

Considerando que o relatório de gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais e que as demonstrações financeiras reflectem a correcta situação patrimonial da Empresa e os resultados das suas operações, somos de parecer que merecem ser aprovados:

- 1) O Relatório de Gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo, referentes ao exercício de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração;
- 2) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 2010 Março 05

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,
representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

V. Certificação Legal de contas

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2009 Dezembro 31 (que evidencia um total de € 7 219 427 e um total de capital próprio de € 5 479 650, incluindo um resultado líquido negativo de € 240 173), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, em 2009 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Porto, 2010 Março 05

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,

representada por

(António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

VI. Relatório do Auditor Independente



Tel: +351 226 166 140
Fax: +351 226 166 149
www.bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E,
Escritório 3.2
4100-455 Porto

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS (Relatório de Auditoria)

Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Agrogarante - Sociedade de Garantia Mútua, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um activo líquido de 7 219 427 euros e capitais próprios de 5 479 650 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 240 173 euros), a Demonstração dos Resultados e as correspondentes Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Agrogarante - Sociedade de Garantia Mútua, SA em 31 de Dezembro de 2009, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.


Porto, 8 de Março de 2010